manchete

Público	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 514 cm²
	Âmbito: Nacional	Imagem: N/Cor
26-01-2019	Tiragem: 31885	Página (s): 28

DIREITO DE RESPOSTA

Não, não é verdade

Não é a primeira vez que o Público usa a linguagem do insulto para consolidar um discurso político construído pela direita política para me atingir. Já o fez a propósito da PT, não ia agora perder a oportunidade da Caixa Geral de Depósitos. Nada, nesta atitude, me surpreende e não pretendo com ela nela gastar muito tempo. Passemos, portanto, rapidamente ao assunto: não corresponde à verdade a afirmação do jornal segundo a qual "alguns dos créditos ruinosos foram dados por orientação de José Sócrates". Nunca, em circunstância alguma, durante os meus mandatos como Primeiro-Ministro, dei orientações a qualquer dirigente da Caixa Geral de Depósitos relativamente a qualquer financiamento. A afirmação é falsa.

Na verdade, a peça jornalística encontra a sua legitimidade na repetição da acusação que me é feita pelo Ministério Publico a propósito de Vale do Lobo. Vejo-me assim obrigado a voltar à matéria. Primeiro, para relembrar que a acusação começou por ser a de que o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, o PROTAL, teria sido o ato ilegítimo que teria favorecido a empresa. A imputação foi abandonada. Nunca estive envolvido na elaboração do plano, não dei qualquer orientação para a sua concepção, não discuti com qualquer técnico ou com qualquer membro do governo nenhum dos seus termos. Mais: o referido Plano jamais beneficiou, como ficou demonstrado, qualquer empreendimento nem vale do lobo, nem nenhum outro. No entanto, isso não impediu que acusação tão injusta ocupasse durante anos os espaços da televisão e dos jornais. Era falso, mas o jornalismo repetiu tudo o que era falso.

Falhada a primeira acusação, passaram a outra – se não foi o Plano foi o empréstimo. A acusação atual é que terei tido envolvimento e responsabilidade na concessão de um empréstimo à empresa por parte da Caixa Geral de Depósitos. A base desta acusação é, em síntese, a seguinte: *a de que mantenho uma relação de confiança recíproca e de amizade* com Armando Vara e que terei sido responsável pela sua nomeação para o Conselho de Administração daquele banco por forma a *tomar conhecimento, por via do mesmo, de operações em curso* e com vista a poder vir *a manifestar apoio a decisões que viessem a ser tomadas*. Deixemos de lado o exotismo do crime de "poder vir a manifestar apoio". O que interessa é isto: confirmo com gosto, em particular neste momento, as duas primeiras afirmações – confiança e amizade com Armando Vara. Todavia, desminto categoricamente a terceira – nem propus nem nomeei o seu nome para o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos. Ele foi, como sempre foi regra no meu governo, proposto e nomeado pelo Ministro das Finanças Teixeira dos Santos. Remeto para as suas próprias palavras na Comissão de Inquérito Parlamentar: "*O primeiro-ministro nunca me pressionou no sentido de fazer qualquer mudança, nem de nomear fosse quem fosse para a CGD. Foi iniciativa minha. [...] Santos Ferreira e Armando Vara foram escolhas minhas. [Armando Vara] fez carreira na Caixa, era diretor, tinha conhecimento dos cargos de direção da Caixa e capacidade de liderança [...], era uma pessoa conhecida e cumpria o critério de ser alguém com carreira na Caixa. Foi meu colega no Governo de Guterres, que eu conhecia, o que me dava algum conforto*".

Não se pode dizer que este jornalismo da lapidação seja de agora, mas não há dúvida de que ficou agora mais fácil – afinal, se o ministério público pode fazê-lo, porque não o pode fazer também o jornalismo? Nesta situação, acrescenta alguma coisa pedir que provem o que dizem? Adianta ainda perguntar, de novo, em que factos, em que depoimentos, em que documentos baseiam as vossas afirmações? Valerá a pena pedir o mínimo de consideração pelos desmentidos feitos pelos principais dirigentes da Caixa Geral de Depósitos que, ao longo de todos estes anos, negaram qualquer interferência minha ou do governo em qualquer operação de financiamento? Não, não me parece. Nem isso, nem o cumprimento dos mínimos deontológicos – contactar o visado.

José Socrates